RELATÓRIO ANUAL • 2013
(VERSÃO RESUMIDA)

TELOS

Somos uma família

Somos uma Família

Neste relatório, através do qual temos a satisfação de prestar contas sobre nossas ações e apresentar resultados relativos ao ano de 2013, homenageamos as famílias, por extensão, foco da atenção da TELOS.

Grande, pequena, alternativa, tradicional, substituta, nuclear, afetiva, vários são os tipos de família, todas, definidas, entre outras, como grupos sociais com interesses e laços que mantêm seus membros unidos por gerações. E é exatamente este tipo de laço, de união por gerações, existente entre a TELOS e seus Participantes, que nos permite afirmar: SOMOS UMA FAMILIA.

É inerente às famílias a preocupação de zelar pelo patrimônio dos seus membros. No âmbito dessa nossa família de mais de 13 mil participantes, além de seus dependentes, adotamos uma Política de Investimentos que, em nome da segurança, busca investir em ativos de baixo risco de crédito. Isto nos permitiu acumular um patrimônio patrimônio social (recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos) de R$ 5,78 bilhões, dos quais R$ 3,25 bilhões correspondente ao Plano de Contribuição Definida - PCD e R$ 2,53 bilhões ao Plano de Benefício Definido – PBD.

2013 foi um ano desafiador – Inflação em alta, resultados negativos da bolsa de valores, volatilidade na renda fixa, fatores que contribuíram para que muitas entidades apresentassem déficit em 2013. A TELOS, no entanto, sem perder de vista seu compromisso maior – o pagamento de benefícios atuais e futuros, conseguiu apresentar resultados positivos e superior à média das entidades de previdência privada abertas e fechadas.

A rentabilidade global dos Planos (de 9,72% no PCD e 10,94% no PBD), que considera tanto os recursos dos Participantes Ativos quanto dos Assistidos, atingiram às metas estabelecidas para o ano. No PCD, os recursos dos Participantes Aposentados em Renda Mensal Vitalícia, cuja gestão é interna, tiveram um rendimento de 12,30%.

Tais resultados proporcionaram para os Participantes Assistidos, reajustes que recompuseram o poder de compra da renda, no caso do IGP-Di e até ganho real para aqueles que optaram pela Rentabilidade como índice de reajuste de seu benefício.

O resultado superavitário dos Planos é um dos indicadores do zelo com que tratamos questões técnicas, financeiras e administrativas. Pelo décimo ano consecutivo obtivemos superávits, no ano de 2013, este foi de R$ 54 milhões, sendo R$ 22 milhões no PCD e R$ 32 milhões no PBD.

São os laços de respeito à opinião, que unem membros de uma mesma família, que nos levaram a propor ao Conselho Deliberativo alterações nos Regulamentos dos Planos CD (aprovado pela Previc em 22/01/2014) e BD com o objetivo de atender a demanda dos Participantes, por mais flexibilidade e participação nos resultados, conforme proposta que extingue, definitivamente, a contribuição mensal dos aposentados para o PBD (no aguardo da aprovação da Previc).

É o desejo de preservação, inerente aos membros de um grupo, que nos leva a adotar práticas administrativas ancoradas em princípios éticos e de governança corporativa, cujos resultados se refletem diretamente na prestação de serviços e atendimento de qualidade aos Participantes. A preocupação com a melhoria contínua de nossas ações foi novamente reconhecida através da renovação, em agosto de 2013, do Certificado de Conformidade do Sistema Gestão da Qualidade da TELOS com os requisitos da Norma ABNT NBR ISO 9001:2008.

Além da re-certificação conquistada, a satisfação de nossa família com os resultados obtidos foi novamente evidenciada na Pesquisa de Satisfação Anual. A manutenção do elevado índice de aprovação da TELOS (97% dos entrevistados avaliaram a Fundação como ótima ou boa) nos indica que estamos no caminho certo.

Durante este ano, a constante preocupação com a transparência e de se fazer entender foi o norte da comunicação com os Participantes e das informações veiculadas nas ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária. Um novo site foi criado tentando conjugar todas as sugestões dos Participantes para este veículo, que é o principal canal de comunicação dessa família.

Por fim, registramos nosso agradecimento aos membros do Conselho Deliberativo que tiveram atuação decisiva nas ações realizadas, ao Conselho Fiscal, aos Patrocinadores e à ASASTEL. Ao mesmo tempo, reafirmamos nosso compromisso de trabalhar por uma Fundação cada dia melhor.

Diretoria Executiva

Sumário

Gestão Previdencial 6

Gestão de Investimentos 9

Situação Atuarial dos Planos 19

Gestão Administrativa 22

Demonstração do Ativo Líquido e das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios 26

Outros conteúdos disponíveis somente na versão integral do Relatório Anual 2013:

1 - Demonstrações Contábeis Consolidadas (páginas 32 a 38)

Estão disponíveis informações sobre os Balanços Patrimoniais Consolidados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa (consolidadas), Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa por Plano, e as Demonstrações das Provisões técnicas por Planos.

2 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (páginas 39 a 50)

Tópicos relevantes:

- Gestão Previdencial (Páginas 42 e 43)
  Estão disponíveis outras informações da Gestão como taxas do PBD, do PCD (itens a e b) e o valor a receber da Embratel (item c).
- Gestão Administrativa (página 43)
  Estão disponíveis outras informações sobre o resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA).
- Investimentos (páginas 44, 45, 46 e 47)
  Estão disponíveis outras informações sobre Títulos e valores mobiliários, quadros com as características dos Títulos e Valores Mobiliários (por modalidade e por categoria de avaliação em 31 de dezembro de 2013), o Enquadramento dos Investimentos, bem como as Contingências Passivas e Ativas.

3 - Balanço Patrimonial por Planos (página 52)

A página apresenta o Ativo e Passivo por Plano em 31 de dezembro 2013 e 31 de dezembro 2012.

Nota: As informações contidas neste Relatório Resumo apresentam os principais resultados do último exercício de forma sintética e não substituem o conteúdo integral disponível no Relatório Anual 2013 (modelo Completo).

Órgãos Estatutários

Conselho Deliberativo

- Carlos Henrique Moreira – Presidente
- José Formoso Martinez
- Nelson Laureano Filho
- Carlos Augusto Moreira Machado
- Hélio Manoel dos Santos Filho

Conselho Fiscal

- Leandro de Oliveira Lage – Presidente
- José Ricardo Alves Pereira
- Hélio Losito

Diretoria Executiva

- Roberto Durães de Pinho – Presidente
- Andrea Morango Pittigliani – Diretora Financeira
- Carlos Alberto Tavares de Almeida – Diretor de Seguridade

Patrocinadores

Plano de Contribuição Definida - PCD

- Embratel
- Star One
- PrimeSys
- TV SAT (ClaroTV)
- TELMEX do Brasil
- TELOS

Plano de Benefício Definido – PBD

- Embratel
- TELOS

A Fundação

A TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, criada em agosto de 1975.

É a responsável pela administração do Plano de Contribuição Definida - PCD e pelo Plano de Benefício Definido – PBD (fechado a novas adesões desde janeiro de 1999).

Missão

Instituir e Administrar Planos de Previdência Complementar, garantindo a concessão de benefícios de natureza previdenciária através da gestão eficaz dos recursos aportados, observando as expectativas de seus Participantes e Patrocinadores.

Visão

Ser reconhecida pelos Participantes e Patrocinadores como uma entidade Sólida, Transparente, Eficiente e Moderna.

Valores

Trabalho, Crescimento, Responsabilidade Social e Austeridade.

POLÍTICA DA QUALIDADE

A TELOS é comprometida com um Sistema de Qualidade e está focada na satisfação, atual e futura, de seus participantes e patrocinadores, através da eficiente gestão dos investimentos, adoção de práticas que asseguram a correta concessão e manutenção de benefícios previdenciários na forma contratada e a prestação de assistência financeira a seus participantes, mantendo simultaneamente o equilíbrio atuarial de seus planos e rigoroso controle dos custos administrativos.

Nossos Objetivos da Qualidade e a determinação por resultados serão sempre desafios a superar, com segurança, através da melhoria contínua dos processos.

Gestão Previdencial

Alterações nos Regulamentos dos Planos

Em 2013 os Planos de Previdência da TELOS não sofreram alterações em seus Regulamentos. No entanto, demos início a processos neste sentido.

No PCD

Em outubro de 2013 foi encaminhada à PREVIC proposta de alteração doRegulamento que atende à demanda dos Participantes por mais flexibilidade para o Plano. Proposta esta sem reflexo ou impacto sobre o plano de custeio, sobre a elegibilidade ou forma de cálculo de benefícios, contribuições ou em relação à situação atuarial do Plano.

Já aprovadas pela PREVIC, as mudanças entraram em vigor em 22 de janeiro de 2014, após publicação no Diário Oficial da União.

Em suma, as alterações que começaram a valer no início de 2014 são:

Para os Participantes Ativos

- a possibilidade de o participante requerer um benefício de aposentadoria que contempla tanto a Renda Vitalícia quanto o Saque Programado.
- as contribuições para o PCD, nos casos de afastamento por motivo de auxilio doença decorrente de acidente de trabalho, serão custeadas integralmente pelos Patrocinadores.
- o benefício decorrente de incapacidade, quando reconhecido pelo INSS,ficará isento da perícia médica até então exigida.

Para os Aposentados em Saque Programado

- possibilidade de solicitar novo benefício que contempla o Saque Programado e Renda Mensal Vitalícia (opção restrita aos aposentados que requereram originalmente o Saque Programado e continuam nesta modalidade até hoje).
- nova faixa de percentual para definição do benefício mensal, que passa a ser entre 0,3% e 2% do Saldo de Conta de Saque Programado
- possibilidade de alterar semestralmente o percentual para definição do benefício mensal
- possibilidade de suspender o recebimento do benefício por até 2 anos.

Em janeiro de 2014, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da TELOS e encaminhada à PREVIC nova proposta de alteração do Regulamento do PCD para mudança no nome do Plano para Plano Telos Contribuição Variável I - PCV I. A mudança do nome veio ao encontro de recomendação da própria PREVIC na forma estabelecida na Resolução nº 16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, emitida em 2005.

O novo Regulamento com a alteração do nome do Plano entrou em vigor em 1º de abril de 2014, após aprovação da Autarquia e publicação no Diário Oficial da União. A alteração está apenas na denominação do Plano, todas as características foram mantidas.

No PBD

Após a aprovação da mudança do Regulamento pelo Conselho Deliberativo da TELOS em dezembro de 2013, a proposta de alteração do Regulamento do PBD foi enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 13/01/2014. A mudança, que até a data de publicação deste Relatório ainda estava sendo analisada pela Autarquia, elimina a contribuição mensal dos aposentados, uma das fontes de receita do plano de custeio.

A proposta altera o Capítulo 17, eliminando o item 5 do Artigo 69. Caso esta alteração do Regulamento seja aprovada, os aposentados do PBD deixarão de ter descontado do seu benefício o valor da contribuição para o Plano, e o mais importante, mesmo sem esta contribuição o equilíbrio do Plano será mantido.

Participantes TELOS

Ao final de 2013 a TELOS registrava mais de 13 mil Participantes distribuídos nos Planos de Contribuição Definida (PCD) e de Benefício Definido (PBD)

CATEGORIA DE PARTICIPANTES	PCD	PBD
Ativos	5.430	4
Assistidos	3.189	3.358
Autopatrocinados	512	1
Vinculados	277	-
Desligados em fase de Definição	299	-
Benefícios suspensos	11	17
Total	9.718	3.380

Benefícios e Institutos

Plano de Contribuição Definida - PCD

Em 2013 o PCD efetuou pagamentos correspondentes a R$ 151 milhões em aposentadorias e aproximadamente R$ 9 milhões em benefícios por morte e invalidez. A Portabilidade de recursos para outras entidades de previdência e o pagamento de resgates contabilizou cerca de R$ 12 milhões.

Benefícios em Manutenção

APOSENTADORIAS PCD

RENDA VITALÍCIA	SAQUE PROGRAMADO	TOTAL DE APOSENTADORIAS EM MANUTENÇÃO (*)
1724	1334	3058

BENEFÍCIOS POR MORTE DO PCD

RENDA VITALÍCIA	SAQUE PROGRAMADO	TOTAL DE BENEFÍCIOS POR MORTE EM MANUTENÇÃO (*)
100	31	131

(*) Não foram contemplados os benefícios suspensos

Plano de Benefício Definido - PBD

Durante o exercício de 2013, foram pagos R$ 145 milhões a título de benefícios. Deste montante, cerca de R$ 117 milhões foram destinados ao pagamento de aposentadorias e o montante de R$ 28 milhões para o pagamento de complementação da pensão por morte e complementação de aposentadoria por invalidez.

Benefícios em Manutenção

APOSENTADORIAS PBD	PENSÕES POR MORTE NO PBD	TOTAL DE BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO (*)
2.607	751	3.358

(*) Não foram contemplados os benefícios suspensos

Reajuste dos Benefícios

Conforme previsto nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, as aposentadorias e pensões pagas pela TELOS sofreram reajustes em dezembro de 2013. A boa notícia é que tanto o reajuste pela Rentabilidade da Conta Coletiva do Plano de Contribuição Definida quanto pelo IGP-DI, se comparado ao IPC3i (índice que mede a inflação da população da 3ª idade) apresentaram resultados superiores a inflação.

O reajuste aplicado aos benefícios dos Aposentados em Renda Mensal Vitalícia que optaram pela rentabilidade da Conta Coletiva do Plano de Contribuição Definida (PCD) foi de 6,10%.

Para os aposentados do PCD com benefício concedido após dez/2003 (que não eram elegíveis ao benefício pleno até esta data) e optaram pelo IGP-DI como índice de reajuste, mas depois trocaram para rentabilidade do Plano, o aumento foi de 9,19%. Isto porque a taxa de juros utilizada no cálculo do benefício deste grupo descontada posteriormente foi de 3%.

Quem optou por ter o IGP-DI como referencial de reajuste, tanto no PCD quanto no PBD, teve aumento de 5,49%. Este percentual corresponde à variação IGP-DI no período entre dez/2012 a nov/2013.

Já os Aposentados e Pensionistas do Plano de Benefício Definido (PBD) vinculados à tabela salarial do Patrocinador tiveram o reajuste da forma, a saber:

a) Salários até R$ 8.170,00 - reajustados em 5,90%;

b) Salários acima de R$ 8.170,00 - tiveram uma parcela de R$ 482,03 (Quatrocentos e oitenta e dois reais e três centavos) incorporada ao valor do benefício mensal.

Gestão de Investimentos

Alocação de Ativos disponíveis e de Investimentos

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO 2013		DEZEMBRO 2012	
	VALORES	%	VALORES	%
Programa de Investimentos	5.766.238	100,18%	5.464.456	100,23%
Renda Fixa	5.092.753	88,47%	4.758.498	87,28%
Renda Variável	456.336	7,93%	566.508	10,39%
Imóveis	159.731	2,78%	85.686	1,57%
Investimentos Estruturados	15.013	0,26%	8.314	0,15%
Emp/Finan.	40.151	0,70%	43.196	0,79%
Contingência - Dep. Judiciais	2.254	0,04%	2.254	0,04%
Disponível	639	0,01%	413	0,01%
Valores a Pagar (-)	(1.390)	(0,02%)	(1.263)	(0,02%)
Contingência (-)	(9.576)	(0,17%)	(11.463)	(0,21%)
Total dos Recursos Garantidores	5.755.911	100,00%	5.452.142	100,00%

Investimentos da Fundação por Segmento de Aplicação

Plano de Benefício Definido - PBD

Valores em R$ (Mil)

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO/2013			MARGEM DE ALOCAÇÃO (POLÍTICA DE INVESTIMENTOS)		DEZEMBRO/2012		
	VALORES	% RECURSOS GARANTIDORES	% ALOCADO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE MÁXIMO	VALORES	% RECURSOS GARANTIDORES	% ALOCADO
Renda Fixa	2.034.894	80,52%	80,26%	65%	100%	1.920.560	79,94%	79,61%
Renda Variável	317.743	12,58%	12,53%	0%	25%	388.683	16,18%	16,11%
Imóveis	159.731	6,32%	6,30%	0%	7%	85.686	3,57%	3,55%
Investimentos Estruturados	15.013	0,59%	0,59%	0%	3%	8.314	0,35%	0,34%
Empréstimos e Financiamentos	7.913	0,31%	0,31%	0%	3%	9.140	0,38%	0,38%
Total dos Investimentos	2.535.294	100,31%	100,00%	-	-	2.412.382	100,42%	100,00%
Disponivel	191	0,01%	-	-	-	39	0,01%	-
Valores a Pagar (-)	(713)	(0,03%)	-	-	-	(582)	(0,03%)	-
Contingência (-)	(7.322)	(0,29%)	-	-	-	(9.209)	(0,38%)	-
Total dos Recursos Garantidores	2.527.451	100,00%	-	-	-	2.402.630	100,00%	-

Plano de Contribuição Definida - PCD

Valores em R$ (Mil)

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO/2013			MARGEM DE ALOCAÇÃO (POLÍTICA DE INVESTIMENTOS)		DEZEMBRO/2012		
	VALORES	% RECURSOS GARANTIDORES	% ALOCADO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE MÁXIMO	VALORES	% RECURSOS GARANTIDORES	% ALOCADO
Renda Fixa	3.034.783	94,68%	94,67%	70%	100%	2.812.411	93,00%	92,99%
Renda Variável	138.593	4,32%	4,32%	0%	18%	177.825	5,88%	5,88%
Imóveis	-	0,00%	0,00%	0%	0%	-	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	0,00%	0%	3%	-	0,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	32.238	1,01%	1,01%	0%	4%	34.056	1,13%	1,13%
Total dos Investimentos	3.205.614	100,01%	100,00%			3.024.293	100,01%	100,00%
Disponivel	421	0,01%	-	-	-	353	0,01%	-
Valores a Pagar (-)	(678)	(0,02%)	-	-	-	(681)	(0,02%)	-
Contingência (-)	-	(0,00%)	-	-	-	-	(0,00%)	-
Total dos Recursos Garantidores	3.205.357	100,00%	-	-	-	3.023.965	100,00%	-

Plano de Gestão Administrativo – PGA

Valores em R$ (Mil)

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO/2013			MARGEM DE ALOCAÇÃO (POLÍTICA DE INVESTIMENTOS)		DEZEMBRO/2012		
	VALORES	% RECURSOS GARANTIDORES	% ALOCADO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE MÁXIMO	VALORES	% RECURSOS GARANTIDORES	% ALOCADO
Renda Fixa	23.076	99,88%	91,10%	100%	100%	25.527	99,92%	91,89%
Depósitos Judicias	2.254	9,76%	8,90%	-	-	2.254	8,82%	8,11%
Total dos Investimentos	25.330	109,64%	100,00%			27.781	108,74%	100,00%
Disponivel	27	0,12%	-	-	-	21	0,08%	-
Valores a Pagar (-)	-	(0,00%)	-	-	-	-	(0,00%)	-
Contingência (-)	(2.254)	(9,76%)	-	-	-	(2.254)	(8,82%)	-
Total dos Recursos Garantidores	23.103	100,00%	-	-	-	25.548	100,00%	-

Montante de Investimentos por Gestores

Plano de Benefício Definido - PBD

GESTOR	DEZEMBRO/2013 VALORES	% S/ TOTAL DE INVESTIMENTOS
Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	4.783	0,18%
BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda	1.397	0,06%
Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda	8.676	0,34%
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.	157	0,01%
Total da Gestão Terceirizada	**15.013**	**0,59%**
TELOS Fundação Embratel de Seguridade Social	2.520.281	99,41%
Total da Gestão Própria	**2.520.281**	**99,41%**
Total de Investimentos	**2.535.294**	**100,00%**

Plano de Contribuição Definida - PCD

GESTOR	DEZEMBRO/2013 VALORES	% S/ TOTAL DE INVESTIMENTOS
Western Asset Management Company DTVM Ltda - Legg Mason	450.921	14,07%
Banco do Brasil Administração de Ativos DTVM S.A.	900.489	28,09%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM.	105.790	3,30%
HSBC Investments Gestão de Recursos Ltda	149.138	4,65%
Total da Gestão Terceirizada	**1.606.338**	**50,11%**
TELOS Fundação Embratel de Seguridade Social	1.599.276	49,89%
Total da Gestão Própria	**1.599.276**	**49,89%**
Total de Investimentos	**3.205.614**	**100,00%**

Plano de Gestão Administrativo - PGA

GESTOR	DEZEMBRO/2013 VALORES	% S/ TOTAL DE INVESTIMENTOS
Total da Gestão Terceirizada	**-**	**0,00%**
TELOS Fundação Embratel de Seguridade Social	25.330	100,00%
Total da Gestão Própria	**25.330**	**100,00%**
Total de Investimentos	**25.330**	**100,00%**

Desempenho dos Recursos Administrados

Aqui é possível verificar as Rentabilidades dos Segmentos de Aplicação dos Planos.

Plano de Benefício Definido - PBD

Ao final de 2013, a rentabilidade (líquida) do PBD alcançou 10,94%, superando a meta atuarial de IGP-DI + 4,5%.

Valores em R$ (Mil)

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	RENTABILIDADE DO ÍNDICE DE REFERÊNCIA (%)		% DA META (RENTABILIDADE LÍQUIDA)	RETORNO LÍQUIDO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Renda Fixa	11,99%	11,98%	10,27%	IGP-DI + 4,5% a.a	116,6%	IGP-DI + 6,12%
Renda Variável	-13,92%	-13,93%	10,27%	IGP-DI + 4,5% a.a	-135,6%	IGP-DI -18,43%
Imóveis	95,21%	95,18%	10,27%	IGP-DI + 4,5% a.a	926,8%	IGP-DI + 84,97%
Investimentos Estruturados	75,55%	75,53%	10,27%	IGP-DI + 4,5% a.a	735,4%	IGP-DI + 66,34%
Empréstimos/Financiamentos	11,55%	11,54%	10,27%	IGP-DI + 4,5% a.a	112,3%	IGP-DI + 5,7%
Global do Plano	11,12%	10,94%	10,27%	IGP-DI + 4,5% a.a	106,5%	IGP-DI + 5,14%

Plano de Contribuição Definida - PCD

Ao final do ano, o resultado Global do Plano (líquido) foi de 9,72%. O rendimento líquido da Conta Coletiva (recursos dos Assistidos em Renda Vitalícia) foi 12,30%, superando a meta de investimento de IGP-DI + 6%.

Valores em R$ (Mil)

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	RENTABILIDADE DO ÍNDICE DE REFERÊNCIA (%)		% DA META (RENTABILIDADE LÍQUIDA)	RETORNO LÍQUIDO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Renda Fixa	10,60%	10,47%	8,05%	100% do CDI	130,0%	CDI + 2,24%
Renda Variável (IBrX50)	-4,86%	-4,87%	-4,41%	IBrX50 (F)	90,6%	IBrX50 -0,49%
Renda Variável (IDIV)	-3,71%	-3,78%	-4,24%	IDIV (F)	112,2%	IDIV + 0,49%
Empréstimos/Financiamentos	12,85%	12,68%	10,27%	IGP-DI + 4,5% a.a	123,5%	IGP-DI + 6,79%
Global do Plano	9,89%	9,72%				
Ativos e Assistidos em Saque Programado						
Renda Fixa						
Telos Renda Fixa Baixo Risco I Fundo de investimento	7,68%	7,59%	8,05%	100% do CDI	94,3%	CDI -0,43%
Telos Renda Fixa Baixo Risco II Fundo de investimento	7,78%	7,69%	8,05%	100% do CDI	95,5%	CDI -0,34%
Telos Renda Fixa Baixo Risco III Fundo de investimento	7,96%	7,86%	8,05%	100% do CDI	97,6%	CDI -0,18%
Telos Renda Fixa Médio Risco Fundo de investimento (início 01/11/13)	1,15%	1,13%	1,46%	100% do CDI	77,4%	CDI -0,33%
Renda Variável						
Telos IBrX50 Fundo de investimento em Ações	-4,86%	-4,87%	-4,41%	IBrX-50 (F)	90,6%	IBrX50 -0,49%
Telos IDIV Fundo de investimento em Ações	-3,71%	-3,78%	-4,24%	IDIV (F)	112,2%	IDIV + 0,49%
Telos Saque Programado						
Telos Renda Fixa Médio Risco Longo Prazo FI (início 02/12/13)	0,95%	0,94%	0,74%	100% do CDI	126,5%	CDI + 2,5%
Superávit / Oscilações de Risco / Perda de Saldo						
Renda Fixa	19,01%	18,82%	8,05%	100% do CDI	233,8%	CDI + 9,97%
Conta Coletiva						
Renda Fixa	12,46%	12,29%	11,85%	IGP-DI + 6% a.a	103,7%	IGP-DI + 6,42%
Empréstimos e Financiamentos	12,85%	12,68%	11,85%	IGP-DI + 6% a.a	107,0%	IGP-DI + 6,79%
Total Conta Coletiva	12,47%	12,30%	11,85%	IGP-DI + 6% a.a	103,8%	IGP-DI + 6,43%

GESTÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO ASSISTENCIAL

Os recursos administrados e os destinados à gestão assistencial também apresentaram rentabilidade superior à meta estabelecida.

Programa de Gestão Administrativo - PGA

Valores em R$ (Mil)

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	RENTABILIDADE DO ÍNDICE DE REFERÊNCIA (%)		% DA META (RENTABILIDADE LÍQUIDA)	RETORNO LÍQUIDO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Renda Fixa	19,01%	19,00%	8,05%	100% do CDI	236,0%	CDI + 10,13%
Global do Programa	19,01%	19,00%	8,05%	100% do CDI	236,0%	CDI + 10,13%

Assistencial

Valores em R$ (Mil)

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	RENTABILIDADE DO ÍNDICE DE REFERÊNCIA (%)		% DA META (RENTABILIDADE LÍQUIDA)	RETORNO LÍQUIDO EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Renda Fixa	19.01%	18.96%	8,05%	100% do CDI	235,5%	CDI + 10,09%
Global do Programa	19.01%	18,96%	8,05%	100% do CDI	235,5%	CDI + 10,09%

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Durante o ano de 2013, a Fundação, além de manter sua meta de oferecer empréstimos com taxa de juros abaixo das praticadas pelo mercado, ampliou, em dezembro, o limite de empréstimo isento de Declaração Pessoal de Saúde. Assim, independente da idade do Participante, a solicitação de valor de até R$ 70 mil está liberada do preenchimento do questionário de saúde. Com esta alteração do limite (que antes era de R$ 50 mil) a liberação dos recursos foi agilizada. Os requerimentos de valores superiores a R$ 70 mil continuam condicionados ao preenchimento de questionário sobre condições de saúde e avaliação prévia da seguradora.

Empréstimos concedidos em 2013

Valores em R$ mil.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Empréstimo Simples - PBD	547	3.345
Empréstimo Simples - PCD	2.028	13.516
Empréstimo Simples - Total	2.575	16.861

Concessões em vigor em 31/12/2013

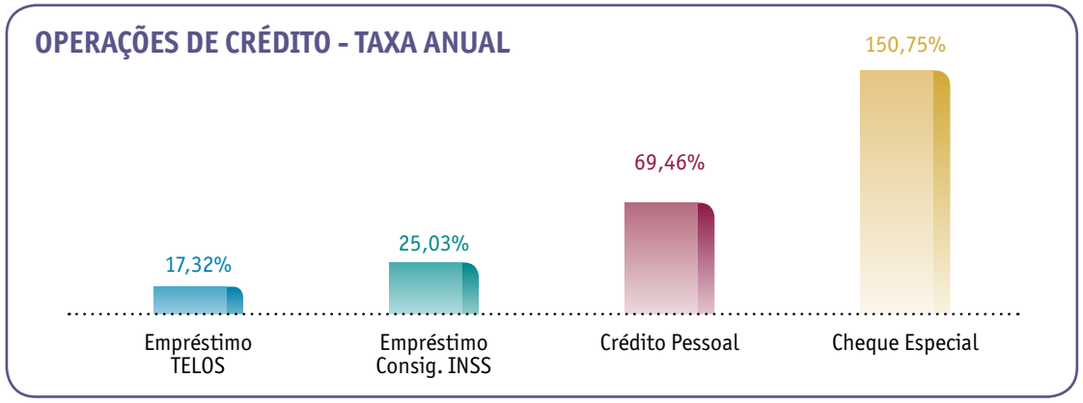
Valores em R$ mil.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Empréstimo Simples - PBD	734	7.459
Empréstimo Simples - PCD	2.567	31.640
Empréstimo Simples - Total	3.301	39.099

TAXAS ATRATIVAS NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o exercício de 2013, a carteira de empréstimos da TELOS continuou oferecendo taxas atrativas aos seus Participantes, sem comprometer o retorno financeiro exigido pelos Planos de Benefícios.

Veja na comparação com o mercado como a taxa de juros do empréstimo da TELOS é bem inferior à media praticada.



Perfis de Investimentos no PCD

Com o objetivo de oferecer alternativas de investimentos que atendam ao perfil de cada participante,a TELOS selecionou para o ano de 2013 quatro fundos de renda fixa sendo três deles de baixo risco e um de médio risco, todos indexados do CDI, e para a renda variável dois fundos, sendo um atrelado ao IDIV e outro ao IBrX50.

Os Participantes Ativos, em fase de capitalização, têm autonomia para escolher os fundos dentre os selecionados pela TELOS, podendo optar por no máximo 60% em Renda Variável, com o montante distribuído em até 4 fundos.

Exceções em decorrência da elegibilidade à aposentadoria:

a) Faltando 2 anos para se tornar elegível à aposentadoria antecipada, o percentual máximo alocado nos fundos de renda variável deverá ser de 20%;

b) Faltando 5 anos para se tornar elegível a aposentadoria plena, esse percentual máximo em renda variável deverá ser reduzido para 10%.

Os Participantes Assistidos em Saque Programado também escolhem o seu perfil de investimentos. Além dos fundos de renda fixa e renda variável disponíveis para os participantes ativos, foram selecionados mais dois fundos de renda fixa classificados como de médio risco.

Os participantes assistidos em saque programado poderá alocar um percentual máximo de 10% dos recursos em Renda Variável.

Dada a possibilidade de composição de diversos perfis por parte dos participantes, podendo cada participante ter o seu perfil de investimento, o que alcançaria um número maior que 7.500 perfis de investimento, tornando-se inviável a apuração da rentabilidade de cada perfil. Destaque-se, no entanto, que o perfil mais conservador possível teria investido 100% em renda fixa e obteve uma rentabilidade de 7,71%, ficando abaixo da sua meta de 100% do CDI.

O principal fator para este desempenho foi a alta da taxa de juros durante o ano de 2013, quando o Banco Central do Brasil teve que elevar a taxa Selic gradativamente em busca de controlar a inflação. Como os fundos de renda fixa têm grande exposição à taxa de juros e a política monetária, estes movimentos geram maior volatilidade em seus retornos, aumentando o risco de um desempenho abaixo da meta.

O perfil mais arrojado possível teria investido 40% na renda fixa e 60% em renda variável, e obteve uma rentabilidade de 0,49%. O principal fator para justificar a baixa rentabili-

dade foi o desempenho negativo da parcela em renda variável. Como a bolsa brasileira teve um retorno negativo ao longo do ano de 2013, os fundos de renda variável em sua maioria também tiveram retorno negativo, dado que seus retornos são altamente correlacionados ao desempenho da bolsa. A renda variável é um investimento de alta volatilidade e alto risco, podendo ter períodos de retornos negativos como ocorreu em 2013.

No momento em que os Participantes realizam suas decisões de perfil de investimento são devidamente avisados dos riscos inerentes aos investimentos, conforme mensagem abaixo.

TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO

Não obstante o emprego pelas instituíções gestoras de plena diligência e boa prática de gestão, o participante declara expressamente que tem conhecimento de que os fundos, tanto de renda fixa quanto de renda variável, estão sujeito aos riscos inerentes às aplicações financeiras e que variam de baixo até muito alto. Declara ainda que a escolha do perfil de investimento é individual e de sua inteira responsabilidade e que a TELOS não poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou por não serem atingidos os resultados esperados.

Política de Investimentos 2014 - Versão Resumida

Objetivos da Gestão

PBD

O Plano de Benefício Definido (PBD) da TELOS é um plano maduro, já em fase de amortização, fechado para novas inscrições, com meta atuarial de IGP-DI + 4,5%, que busca pela sua gestão:

- Obter uma rentabilidade piso de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas acrescido de 5,50% ao ano em todos os segmentos;
- Investir em ativos de baixo risco de crédito;

Aplicar majoritariamente recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.

PCD

O Plano de Contribuição Definida (PCD) é um plano misto, desta forma, os objetivos de gestão dos recursos não são os mesmos para as reservas dos participantes ativos e assistidos que escolheram a modalidade de Saque Programado como benefício em relação às reservas dos participantes assistidos de Renda Vitalícia.

Na fase de capitalização e no Saque Programado, o participante pode alocar as suas reservas no segmento de renda fixa e de renda variável conforme a sua escolha, respeitando as restrições existentes. O segmento de renda fixa busca uma rentabilidade de 100% do CDI para os fundos classificados como de baixo risco e 110% do CDI para os fundos classificados como de médio risco, com aplicações em títulos com baixo risco de crédito. O segmento de renda variável busca uma rentabilidade atrelada aos índices IBrX-50 e IDIV, ambos da Bolsa de Valores de São Paulo.

A gestão das reservas dos participantes assistidos em renda vitalícia, que apresenta meta atuarial de IGP-DI + 4,50%, busca:

- Obter uma rentabilidade piso de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas acrescido de 5,50% ao ano em todos os segmentos;
- Investir em ativos de baixo risco de crédito;
- Aplicar recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.
- Ajustar o fluxo de recebimento de contribuições acrescidas das receitas financeiras, com o pagamento dos proventos.

Alocação de recursos

Renda fixa

No ano de 2013, a taxa de juros no Brasil voltou para a casa de dois dígitos, contrariando as previsões de mercado, levando os títulos públicos federais indexados pela inflação a apresentar taxas de retorno superiores à taxa atuarial do Plano.

Este cenário, permanecendo em 2014, possibilitará que a TELOS continue o processo de alongamento do prazo da sua carteira de títulos públicos federais indexados pela inflação marcados até o vencimento, assim como de reinvestimento dos recursos recebidos pelos pagamentos de cupons e vencimentos de títulos.

Nesse ambiente, a TELOS continuará avaliando todas as opções no segmento de renda fixa, mas também manterá postura criteriosa nas suas avaliações de risco.

Renda Variável

PBD

Em linha com o cenário descrito anteriormente, o ano de 2014 deverá ser de elevada incerteza e volatilidade para a Renda Variável.

Embora mantenhamos os limites de alocação para o segmento de renda variável, reduzimos o alvo para o final de 2014, contemplando uma redução da exposição em ativos de menor liquidez.

PCD

Em linha com o cenário descrito anteriormente, o ano de 2014 deverá ser de elevada incerteza e volatilidade para a Renda Variável.

Diante disso, para o ano de 2014, manteremos nossos limites de alocação neste segmento.

Investimentos Estruturados

Para o ano de 2014, continuaremos buscando oportunidades de investimento que proporcionem uma boa relação de retorno e risco para os Planos, por acreditar que esse segmento abriga boas oportunidades.

Investimentos no Exterior

Ainda acreditamos que existam outras oportunidades de investimentos mais atrativas que auxiliem a TELOS a superar sua meta atuarial.

Diante disso, continuamos sem propostas de alocação para o segmento.

Imóveis

PBD

Manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento de imóveis.

PCD

Não são previstos investimentos nesse segmento.

Operações com Participantes

Manteremos a revisão constante da concessão de empréstimos e financiamentos, à luz da meta atuarial da Fundação.

Limites de Alocação

A Tabela a seguir mostra a alocação de recursos mínima e máxima para cada segmento em 2014 e ainda considera um alvo objetivando a gestão dos recursos.

SEGMENTO	PBD			PCD		
	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	65%	100%	85,0%	70%	100%	91,7%
Renda Variável	0%	18%	8,0%	0%	18%	7,0%
Imóveis	0%	7%	6,0%	0%	0%	0%
Investimentos Estruturados	0%	3%	0,6%	0%	3%	0,3%
Empréstimos e Financiamentos	0%	3%	0,4%	0%	4%	1,0%

SEGMENTO	PGA			AMAP		
	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Diversificação

Renda Fixa

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento de renda fixa, a TELOS também utilizará os seguintes limites de alocação por emissor descritos na Resolução CMN 3.792/09, conforme alterada:

I - até cem por cento em títulos da dívida pública mobiliária federal;

II - até oitenta por cento no conjunto dos ativos classificados no segmento de renda fixa, excluídos os títulos da dívida pública mobiliária federal, observados adicionalmente os limites estabelecidos no inciso III; e

III - até vinte por cento em cada uma das seguintes modalidades:

a) cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB) e notas promissórias;

b) notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE);

c) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC);

d) certificados de recebíveis imobiliários (CRI);

e) cédulas de crédito imobiliário (CCI);

f) cédulas de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA); ou

g) conjunto dos demais títulos e valores mobiliários de emissão de companhias abertas, excetuando-se as debêntures, ou de companhias securitizadoras.

Renda Variável

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento de renda variável, a TELOS também utilizará os seguintes limites de alocação dentro do segmento de renda variável descritos na Resolução CMN 3.792/09, conforme alterada:

a) Até 70% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&F/Bovespa;

b) Até 60% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&F/Bovespa;

c) Até 50% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&F/Bovespa;

d) Até 45% em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&F/Bovespa;

e) Até 35% por cento em ações de emissão de companhias abertas não mencionadas nos itens I a IV, bem como em cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em bolsa de valores;

f) Até 20% em títulos e valores mobiliários de emissão de SPE;

g) Até 3% nos demais investimentos classificados no segmento de renda variável.

Demais limites

Para as demais classes de ativos, manteremos os limites de alocação previstos na Resolução CMN 3.792/09, conforme alterada:

- Os investimentos classificados no segmento de investimentos estruturados devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até vinte por cento, observados adicionalmente os seguintes limites:

a) Até dez por cento em cotas de fundos de investimento imobiliário;

b) Até dez por cento em cotas de fundos de investimento e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.

- Os investimentos classificados no segmento de imóveis devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até oito por cento.

- Os investimentos no segmento de operações com participantes devem observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano de benefícios, o limite de até quinze por cento.

Limites de Alocação e Concentração por Emissor e de Concentração por Investimentos

Para os limites de alocação e concentração por emissor e de concentração por investimentos, manteremos os limites previstos na Resolução CMN 3.792/09, conforme alterada, descritos nos artigos 41, 42 e 43 do capítulo VII respectivamente.

Operações

Para a realização de operações de compra e venda de ativos de renda fixa e renda variável, a TELOS dispõe de um ranking de corretoras, que é atualizado anualmente e privilegia as instituições líderes de mercado, sólidas e com um bom relacionamento com a Fundação.

Nesse processo de seleção de corretoras são inseridos questionários com perguntas eliminatórias, processo de due-dilligence e avaliação de critérios subjetivos.

Para a execução de operações no mercado de renda fixa, sempre utilizamos Plataformas Eletrônicas de Negociação.

A seleção da corretora a ser utilizada para a execução de uma operação, seja de renda fixa quanto de renda variável, leva em consideração o menor custo financeiro para a Fundação.

Gestão Terceirizada

Todo o processo de contratação de gestores das carteiras de renda fixa e renda variável é regido por normas internas, e é dividido em cinco etapas, descritas a seguir:

- Pré-Seleção - As empresas gestoras a serem consideradas para o processo deverão possuir um volume mínimo de recursos sob gestão. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.

- Análise Comparativa de Desempenho dos Gestores - Para a análise do desempenho, os gestores serão separados em dois grupos: gestores que já administram recursos da TELOS e gestores que não administram recursos da TELOS.

No primeiro grupo, será comparada a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da TELOS. A comparação entre gestores é feita através de ferramentas quantitativas que analisam os históricos de rentabilidade e risco, levando em conta os regulamentos e os perfis dos fundos.

No segundo grupo, além das comparações descritas no parágrafo anterior, a análise de desempenho será realizada através da comparação de vários indicadores com um grande grupo de fundos no mercado:

- Análise dos Custos Envolvidos - Nesta etapa serão analisados os custos de administração e gestão propostos por cada instituição selecionada.

- Processo de Due-Diligence - Nesta etapa obtemos informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes, e a qualidade de atendimento ao cliente.

- Critérios Qualitativos - Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estrutura operacional, técnica, gerencial e de suporte ao cliente adequada, segundo os parâmetros definidos pela equipe da TELOS.

Gerenciamento de riscos

A TELOS realiza internamente o gerenciamento dos riscos dos Planos. Esse controle é dividido da seguinte forma:

- Análise do Risco de Mercado e Liquidez – Medidas de monitoramento de risco são aplicadas aos fundos, tais como o VaR utilizado para monitorar as carteiras de renda fixa e que consiste na medição da estimativa de perda potencial esperada dos fundos em um determinado período de tempo e dentro de um intervalo de confiança; e o Tracking-Error, utilizado para as carteiras de renda variável, que mede o risco de os fundos não conseguirem acompanhar a performance do seu benchmark.

- Análise do Risco de Crédito e Liquidez - Realizamos o monitoramento dos limites internos e legais, assim como a classificação de risco (baixo e médio/alto risco de crédito) dos ativos a fim de mitigar o risco de inadimplência ou default de seus emissores e contrapartes.

- Análise das Operações com Derivativos – Ainda que as operações com derivativos tenham o objetivo de proteger a carteira de oscilações de mercado, estas podem incorrer em perdas. Assim, realizamos acompanhamentos diários de forma a não ultrapassar os limites internos e legais.

- Análise de Risco Sistêmico - Monitoramento constante dos indicadores internos e externos e acompanhamento detalhado dos principais acontecimentos globais a fim de proteger a rentabilidade dos fundos contra fatores exógenos prejudiciais.

- Análise de Risco Operacional e Legal - Manutenção do constante treinamento de seus funcionários, mapeamento de riscos e a adoção de medidas que resultem em mais segurança e transparência para a Fundação. Tais atividades resultaram na inclusão do Processo de Gestão de Investimentos no Sistema de Qualidade da TELOS no final de 2009.

- Análise de Longo Prazo e Liquidez: A TELOS, por possuir um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez, porém devemos provê-la ao longo do tempo de forma a cumprir nossos compromissos atuariais. Para tal monitoramento, chamado de ALM (Asset Liability Management), a TELOS realiza simulações com diferentes cenários de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com o participante de forma a avaliar a solvência do plano, e de auxiliar na gestão ao apontar os volumes ótimos de vencimentos para a carteira do plano.

Derivativos

Como descrito em Gerenciamento de Risco a TELOS mantém o acompanhamento diário das operações que envolvem derivativos, de forma que não excedam os limites na Política de Investimentos da TELOS e os estabelecidos pela Resolução CMN 3792.

Apreçamento dos ativos financeiros

O apreçamento dos Títulos e Valores Mobiliários que compõem as carteiras dos Fundos de Investimentos Exclusivos de gestão da TELOS e de terceiros, assim como a carteira própria, é feito pelo custodiante da TELOS.

Responsabilidade Socioambiental

A TELOS é aderente aos princípios de responsabilidade socioambiental, prezando pelo respeito ao meio ambiente, convívio social e boas práticas de Governança.

A Telos observa princípios socioambientais na gestão dos recursos, acompanhando permanentemente investimentos em melhorias dos processos operacionais com impactos positivos ao meio ambiente nos ativos que detém. Nas análises de crédito privado e novos investimentos, licenças e impactos ambientais são sempre discutidos. Novas ferramentas estão sendo desenvolvidas para aumentar o escopo do nosso compromisso de investimento responsável.

Na administração dos recursos dos gestores terceirizados, dada a discricionariedade do mandato, os princípios socioambientais são observados sempre que possível. A fundação não é signatária de protocolos de regras.

A TELOS aderiu em 09 de junho de 2009 ao Código Operacional de Mercado da ANBIMA, inclusive no que concerne à observância dos princípios e regras contidos no Código de Ética da ANBIMA.

Mantemos padrões de responsabilidade e transparência na gestão dos recursos de forma a atender os interesses dos nossos participantes e patrocinadores.

Comunicação com o Participante

A TELOS também disponibilizará em seu site institucional, além das informações mínimas exigidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), as Políticas de Investimentos dos seus dois Planos.

Situação Atuarial dos Planos

Passivo Atuarial

O Passivo Atuarial corresponde ao conjunto de obrigações de um plano para com seus participantes e assistidos.

Premissas Atuariais

São os parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados pelo atuário na elaboração da avaliação atuarial, adequados às características do conjunto de Participantes, das empresas Patrocinadoras e ao Regulamento do Plano de Benefícios bem como a legislação vigente e as variáveis macroeconômicas.

As Premissas atuariais consideradas nos planos administrados pela TELOS são as seguintes:

PARÂMETROS	PCD	PBD
Taxas de Juros	4,5% a.a. ou 3% a.a. dependendo da opção pela forma de reajuste, data da concessão e da elegibilidade	4,5% a.a.
Inflação de longo prazo	0%	4,5% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0%	0%
Crescimento real dos salários	0%	0%
Crescimento real dos benefícios do INSS	0%	0%
Tábua de Mortalidade global	AT-2000	AT 2000 suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO-58	CSO-80
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability (UP-84 Modificada)	Mercer Disability (UP-84 Modificada)
Regime Financeiro	Capitalização (*)	Capitalização
Método de Capitalização	Capitalização Financeira/ Agregado (*)	Agregado
Família de Pensionistas	A real composição familiar cadastrada é utilizada na concessão de benefícios com reversão para benefício por morte.	- 100% dos participantes casados. - Cônjuges femininos 4 anos mais novos - Cônjuges masculinos 4 anos mais velhos

(*) O método capitalização financeira é adotado em relação aos recursos dos Participantes Ativos por ser um Plano de Contribuição Definida na fase de acumulação, e também é adotado para os recursos dos assistidos optantes pela forma de Saque Programado para recebimento de benefícios, uma vez que seus recursos permanecem individualizados.

Para mensurar as obrigações com os assistidos que recebem benefício na forma de renda mensal vitalícia é usado Regime financeiro de Capitalização pelo método prospectivo, com base em suas informações individuais.

O método agregado é adotado para avaliação da taxa de custeio para financiamento do Saldo de Conta Projetada. Neste método, o custo é definido pela relação entre o valor atual dos benefícios, líquidos das contribuições futuras e não coberto pelo patrimônio, e o valor presente da folha salarial.

Esses métodos de financiamento são os mesmos adotados desde a implantação do PCD e estão perfeitamente adequados às suas características e à legislação vigente.

Principais Riscos Atuariais dos Planos

Risco Atuarial pode ser definido como o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem ou que se revelem pouco aderentes à massa de participantes e ainda o risco decorrente do uso de metodologias que se mostrem inadequadas às características do Plano.

No PCD

O principal risco atuarial a que o Plano está exposto é o de longevidade dos assistidos que recebem benefício na forma de **renda mensal vitalícia.**

Anualmente, através de estudo estatístico, a Entidade monitora a evolução das massas de assistidos em confronto com a massa esperada pela tábua biométrica adotada na última avaliação atuarial do Plano com o objetivo de mostrar que a tábua de mortalidade utilizada representa à realidade do nosso grupo.

Vale salientar que, com base no estudo de aderência realizado em 2013, foi considerada viável a manutenção das tábuas de mortalidade geral e mortalidade de inválidos para a realização da avaliação atuarial de 2013.

Outro risco a que o Plano está sujeito é o de não cumprimento da meta atuarial (índice de referência, como trata a política de investimentos).

A administração da Telos realiza acompanhamento periódico, através de Liability Driven Investment (ldi), da alocação dos ativos do plano, adotando vários cenários macroeconômicos.

Com base nos estudos de LDI realizados em 2013, pode-se constatar que, mesmo o cenário mais pessimista aponta a existência de recursos para garantia dos compromissos do Plano, não apresentando nenhum problema de liquidez ao longo do tempo.

De acordo com o aprovado pelo Conselho Deliberativo, o Plano manteve as seguintes premissas em relação à taxa de juros:

- taxa de juros real de 3% ao ano, para cálculo das provisões matemáticas e para cálculo dos benefícios dos assistidos que optam pela forma de reajuste indicada na alínea "a" do inciso II do artigo 73 do Regulamento, concedidos após 31/12/2002 para os que não eram elegíveis à aposentadoria normal naquela data;
- taxa de juros real de 4,5% ao ano, para cálculo das provisões matemáticas dos assistidos que optam pela forma de reajuste indicada na alínea "a" do inciso II do artigo 73, concedidos até 31/12/2002 e daqueles que já eram elegíveis à aposentadoria normal naquela data;
- taxa de juros de 6% ao ano, para cálculo dos benefícios dos assistidos que optam pela forma de reajuste indicada na alínea "a" do inciso II do artigo 73 que eram elegíveis à aposentadoria normal em 31/12/2002;
- taxa de juros nominal de 6% ao ano, para cálculo das provisões matemáticas e para cálculo dos benefícios dos assistidos que optam pela forma de reajuste indicada na alínea "b" do inciso II do artigo 73.

A partir da análise dos resultados da avaliação atuarial de setembro/2014, reposicionados para dezembro/2014, em confronto com os valores consignados no Ativo do Balanço do Exercício, depreende-se que o Plano de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial, apresentando cobertura patrimonial tanto para as Provisões Matemáticas quanto para o Fundo Previdenciário existindo, ainda, o Superávit Técnico Acumulado que representa 8,67% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos com características de benefício definido na fase de concessão (renda mensais vitalícias), demonstrando um crescimento de resultado superavitário praticamente nos mesmos níveis do ano anterior, o que nos permite afirmar ainda, que não se trata de resultado contingencial dada a manutenção que vem sendo observada.

No PBD

Visando melhor refletir a perspectiva dos fluxos de compromissos futuros do plano, o Conselho Deliberativo, a partir da avaliação atuarial de 2013 aprovou a adoção da tábua de mortalidade geral AT-2000 suavizada em 10% em substituição à tábua de mortalidade geral AT-2000 até então considerada, tendo em vista que este é o principal risco atuarial a que o Plano está exposto.

Cabe ressaltar que, com base no estudo de aderência realizado em 2013, foi considerada viável a alteração das tábuas de mortalidade geral e mortalidade de inválidos para a realização da avaliação atuarial de 2013.

Com base nos estudos de LDI realizados em 2013, pode-se constatar que, mesmo o cenário mais pessimista aponta a existência de recursos para garantia dos compromissos do Plano, não apresentando nenhum problema de liquidez ao longo do tempo.

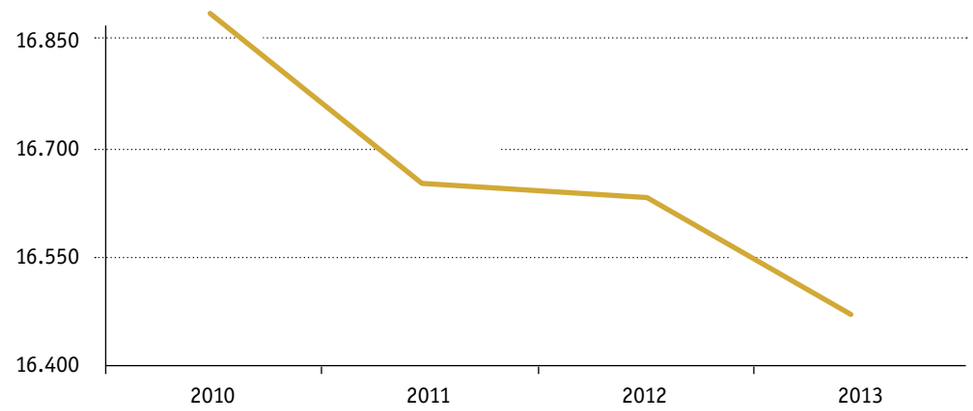
Com relação ao Plano, o Conselho Deliberativo, a partir da avaliação atuarial de 2013 aprovou a manutenção da taxa de juros anual de 4,5% .

O PBD vem apresentando, nos últimos anos, superávits crescentes em relação às suas provisões matemáticas, apresentando inclusive, no encerramento de 2013, o segundo ano de constituição de Reserva Especial para a revisão do Plano, apesar do impacto nos compromissos futuros do Plano que resultou no acréscimo no Passivo do Plano, em dezembro de 2013, na ordem de 2,5% (R$ 39.109 mil). Este impacto deve-se ao fato da adoção da tábua de mortalidade geral AT-2000 suavizada em 10% e a tábua de mortalidade de inválidos CSO-80 para representar a mortalidade dos participantes.

Gestão Administrativa

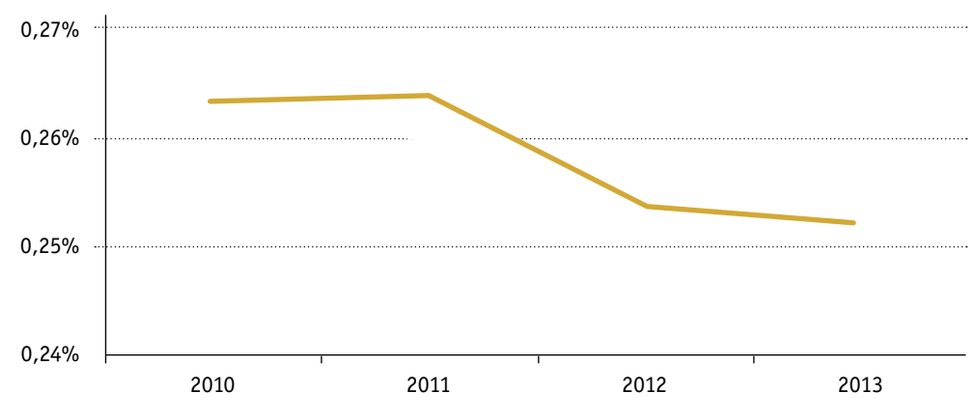
Considerando a variação do IPCA acumulado, as despesas administrativas da TELOS tiveram uma redução real de 1,06% de 2012 para 2013.

Despesas Administrativa em valores de 2013
(pelo IPCA - R$ mil)



Abaixo está representado o gráfico da evolução da relação das despesas administrativas sobre o ativo total nos últimos 3 anos.

Despesas Administrativa x Ativo Total



As "Despesas Administrativas sobre Ativo Total" representam um indicador aproximado para uma taxa do custo administrativo aplicada pelos fundos de pensão nas suas operações. O indicador permite analisar a estrutura de custos sopesada pelo volume de recursos acumulados, possibilitando a comparação relativa entre entidades.

O adequado acompanhamento das despesas administrativas é requisito para a manutenção de equilíbrio operacional na gestão dos planos de benefícios operados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). No sentido de estimular a excelência na gestão dos planos de benefícios e ampliar o monitoramento do setor, a PREVIC passou a elaborar, anualmente, a partir de 2010, uma série de estudos que permite a comparação entre entidade de perfil e porte semelhante. Nesse estudo a Telos está inserida no grupo B, que referem-se as entidades com os ativos totais entre 2 bilhões e 15 bilhões de reais, representadas por fundos de pensão com planos de benefícios maduros e com empresas patrocinadoras de porte médio e grande. Nesse grupo estão inseridas 38 entidades de um total 285 entidades listadas no estudo.

Em 2012, data do último estudo elaborado pela Previc, a Telos possuía um percentual de despesas sobre o ativo total de 0,25%, enquanto o Grupo B um percentual de 0,41%, ou seja, a Telos gastou quase a metade dos recursos que a média das Fundações inseridas no mesmo grupo gastaram na gestão dos planos de benefícios.

As despesas com remuneração de pessoal no exercício de 2013 totalizaram R$ 5.325 mil com os empregados e R$ 1.149 mil com dirigentes e administradores.

O programa de participação sobre os resultados (PPR) dos empregados da Telos para o exercício de 2013 foi estabelecido na forma disposta na Lei 10.101, de 19/12/2000.

Os critérios do programa são definidos através de uma comissão de negociação formada por 4 representantes, sendo dois indicados pela Diretoria da Telos e dois representantes eleitos pelos empregados da Fundação.

Os critérios utilizados para pagamento do PPR são:

a) Metas Corporativas, representadas através de metas de rentabilidade dos investimentos, controle dos gastos administrativos, redução da provisão para devedores duvidosos e índice de satisfação dos participantes e assistidos;

b) Metas Gerenciais, aprovadas pela Diretoria da Telos;e

c) Avaliações individuais.

Os gastos com serviços de terceiros no exercício de 2013 podem ser demonstrados conforme quadro abaixo:

2013 (R$ MIL)	
Honorários Advocatícios	1.027
Manutenção de Sistemas Corporativos	1.181
Despesas com Auditoria	156
Conservação e Limpeza	463
Administração de Assistência Médica	503
Outras	485
TOTAL	**3.815**

Custos da Administração de Recursos

As despesas com atividades de administração dos investimentos totalizaram, em 2013, R$ 11.228 mil, representando cerca de 0,19% do total do patrimônio investido da Fundação. Do valor despendido, R$ 7.871 mil correspondem às despesas internas da TELOS e, R$ 3.356 mil são referentes às despesas com a administração de recursos feita por terceiros.

DESCRIÇÃO	PBD	PCD	AMAP E PGA	R$ MIL	%
Adm. Interna	**4.106**	**3.764**	**0**	**7.871**	**70%**
Adm. e Gestão Externa	**718**	**2.628**	**10**	**3.357**	**30%**
Taxa Administração (externa)	155	1.408	1	1.565	14%
Desp. Jurídicas	44	0	1	44	0%
Corretagem (BMF&Bovespa e Tx Per.)	170	432	1	603	5%
Taxa Fiscalização CVM	46	214	3	263	2%
Taxa SELIC	66	95	1	162	1%
Custódia	125	179	1	304	3%
Taxa CETIP	66	167	1	235	2%
Auditoria	19	47	1	68	1%
Outras Despesas	27	28	1	55	1%
Taxa de Performance	0	58	0	58	1%
TOTAL				**11.228**	**100%**

Obs: a TELOS não possui despesas internas com carteiras de investimentos, taxas de administração e custódia, corretagens, consultorias de avaliação e reavaliação ou análise de riscos nos investimentos.

Resultado do Exercício

Composição do Patrimônio Administrado pela TELOS

Com uma gestão sólida e de longo prazo, a meta estratégica da Fundação mostrou-se eficiente no ano passado privilegiando a segurança e a liquidez.

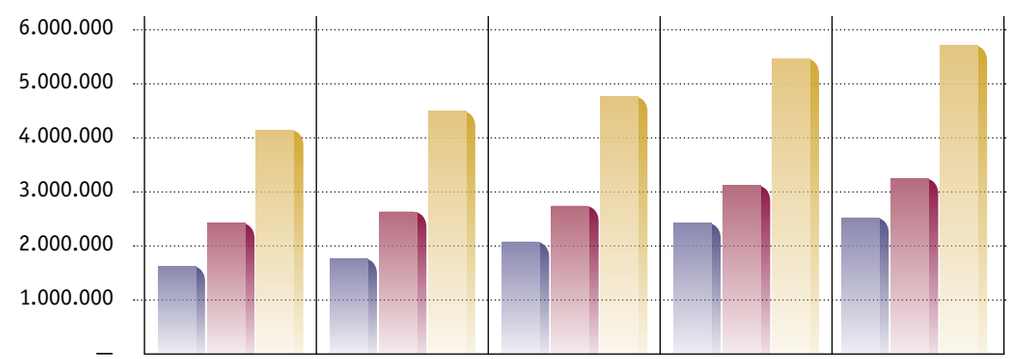
O resultado significativo dessa meta é verificado no desempenho dos investimentos, os quais representaram uma receita de R$ 551.033 mil, sendo R$ 257.829 mil do PBD, R$ 289.018 mil do PCD e R$ 4.186 mil da Gestão Administrativa. Este resultado representa uma rentabilidade global de 10,94% no PBD, 9,72% no PCD e 19% na Gestão Administrativa.

Adicionalmente, em 2013 registramos superávit no Plano de Benefício Definido (PBD) de R$ 31.614 mil e no Plano de Contribuição Definida (PCD) de R$ 22.472 mil.

Com esse compromisso a Telos mantém sua política de buscar retornos constantes, respeitando limites toleráveis de risco e preservando o aspecto financeiro e atuarial ao longo do tempo.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

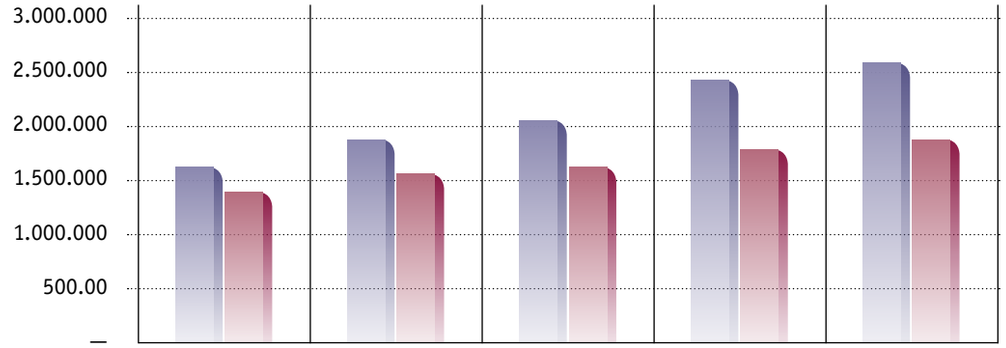
(em milhares de reais)



	2009	2010	2011	2012	2013
PBD	1.656.223	1.873.350	2.022.752	2.416.738	2.529.362
PCD	2.435.744	2.626.789	2.777.574	3.072.787	3.248.575
TOTAL	4.091.967	4.500.139	4.800.326	5.489.525	5.777.937

EQUILÍBRIO DO PBD

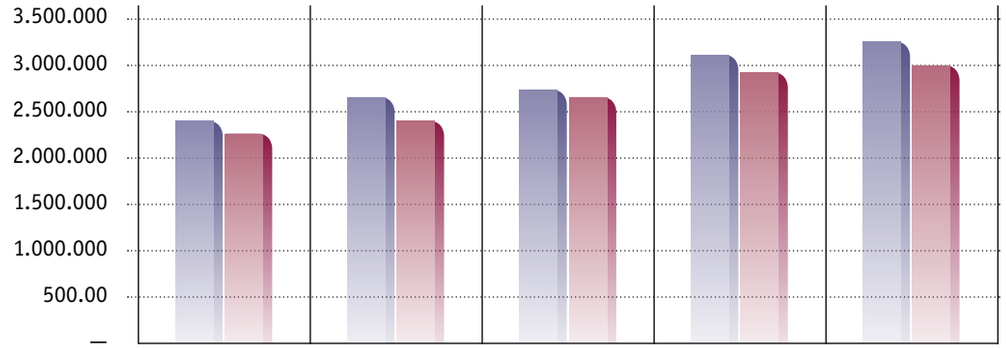
(em milhares de reais)



	2009	2010	2011	2012	2013
Patrimônio	1.656.223	1.873.350	2.022.752	2.416.738	2.529.362
Exigível Atuarial	1.423.692	1.540.514	1.584.662	1.746.700	1.827.709

EQUILÍBRIO DO PCD

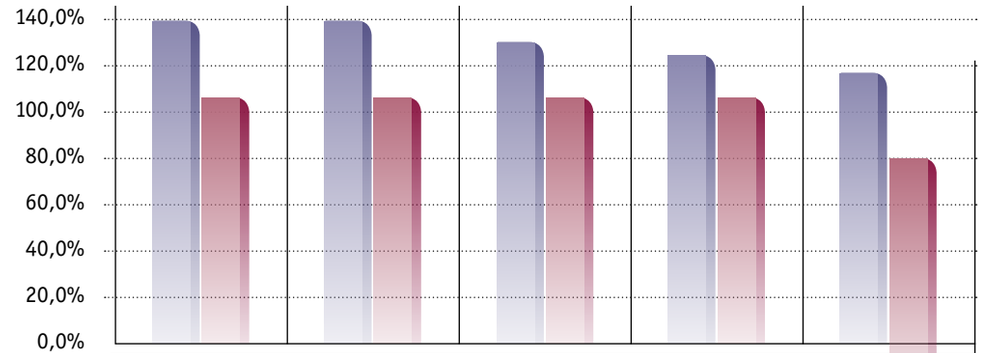
(em milhares de reais)



	2009	2010	2011	2012	2013
Patrimônio	2.435.744	2.626.789	2.777.574	3.072.787	3.248.575
Exigível Atuarial	2.303.994	2.487.232	2.628.014	2.901.428	3.037.643

PROVISÕES MATEMÁTICAS

O Nível de Cobertura das Provisões Matemáticas demonstra a cobertura plena dos Planos



	2009	2010	2011	2012	2013
Nível Cob. Reserv. Mat. PBD	138,39%	138,96%	127,65%	121,61%	115,21%
Nível Cob. Reserv. Mat. PCD	106,94%	105,91%	105,69%	105,61%	104,98%

Demonstração do Ativo Líquido e das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	VAR %
Ativos			
Disponível	191	39	389,74%
Recebível	19.167	23.066	-16,90%
Investimento	2.535.294	2.412.382	5,10%
Títulos públicos	301	278	8,27%
Créditos privados e depósitos	6	6	0,00%
Ações	317.743	375.378	-15,35%
Fundos de investimento	2.049.600	1.941.894	5,55%
Investimentos imobiliários	159.731	85.686	86,41%
Empréstimos	7.014	8.064	-13,02%
Financiamentos imobiliários	899	1.076	-16,45%
	2.554.652	2.435.487	4,89%
Obrigações			
Operacional	3.101	2.919	6,24%
Contingencial	22.188	15.830	40,16%
	25.289	18.749	34,88%
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	10.638	12.101	-12,09%
Fundos dos investimentos	303	229	32,31%
	10.941	12.330	-11,27%
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	1.827.709	1.746.700	4,64%
Superávit técnico	676.604	644.990	4,90%
Fundos previdenciais	14.109	12.718	10,94%
	2.518.422	2.404.408	4,74%

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano de Contribuição Definida)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	VAR %
Ativos			
Disponível	421	353	19,26%
Recebível	64.905	67.263	-3,51%
Investimento	3.205.614	3.024.293	6,00%
Fundos de investimento	3.173.376	2.990.237	6,12%
Empréstimos	27.139	28.299	-4,10%
Financiamentos imobiliários	5.099	5.757	-11,43%
	3.270.940	3.091.909	5,79%
Obrigações			
Operacional	3.606	4.563	-20,97%
Contingencial	18.759	14.558	28,86%
	22.365	19.121	16,97%
Fundos administrativos	10.614	12.120	-12,43%
Fundos dos investimentos	1.046	788	32,74%
	11.660	12.908	-9,67%
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	3.037.644	2.901.429	4,69%
Superávit técnico	105.874	83.402	26,94%
Fundos previdenciais	93.397	75.049	24,45%
	3.236.915	3.059.880	5,79%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	VAR %
Ativo líquido - Início do exercício	**2.404.408**	**2.008.561**	**19,71%**
Adições			
Contribuições	12.239	11.805	3,68%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	257.829	513.308	-49,77%
Reversão de contingências - Gestão previdencial	-	7.328	100,00%
	270.068	532.441	-49,28%
Destinações			
Benefícios	(145.190)	(136.594)	6,29%
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(10.863)	-	0,00%
	(156.053)	(136.594)	14,25%
Acréscimo no ativo líquido			
Provisões matemáticas	81.009	162.038	-50,01%
Fundos previdenciais	1.391	2.642	-47,35%
Superávit técnico do exercício	31.614	231.167	-86,32%
	114.014	395.847	-71,20%
Ativo líquido - Final do exercício	**2.518.422**	**2.404.408**	**4,74%**
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	10.638	12.101	-12,09%
Fundos dos investimentos	303	229	32,18%
	10.941	**12.330**	**-11,26%**

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano de Contribuição Definida)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	VAR %
Ativo líquido - Início do exercício	**3.059.880**	**2.763.054**	**10,74%**
Adições			
Contribuições	64.353	68.861	-6,55%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	289.019	327.111	-11,64%
Reversão de contingências - Gestão previdencial	-	72.197	-100,00%
	353.372	468.169	-24,52%
Destinações			
Benefícios	(171.936)	(171.343)	0,35%
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(4.400)	-	0,00%
	(176.336)	(171.343)	2,91%
Acréscimo no ativo líquido			
Provisões matemáticas	**136.215**	**273.415**	**-50,18%**
Fundos previdenciais	18.348	12.814	43,19%
Superávit técnico do exercício	22.472	10.597	112,06%
	177.035	296.826	-40,36%
Ativo líquido - Final do exercício	3.236.915	3.059.880	5,79%
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	10.614	12.120	-12,43%
Fundos dos investimentos	1.046	788	32,74%
	11.660	**12.908**	**-9,67%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2688
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadores da
TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Emitido na 176ª Reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 25 de fevereiro de 2014

O Conselho Fiscal da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, após exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apoiados ainda nos pareceres sem ressalvas do auditor independente, KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, é de opinião que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2013, estando em condições de merecer aprovação por parte do Conselho Deliberativo.

LEANDRO OLIVEIRA LAGE
Presidente do Conselho

JOSÉ RICARDO ALVES PEREIRA
Membro Efetivo

HELIO LOSITO
Membro Efetivo

Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido
Encerramento do Exercício de 2013

O presente Parecer foi elaborado na forma definida na Instrução nº 09, de 14/12/2010, levando em consideração a apresentação de todos os tópicos nela recomendados. A íntegra das Demonstrações Atuariais do Plano de Benefício Definido (PBD), contendo as hipóteses atuariais adotadas nas Avaliações Atuariais, o detalhamento das Provisões Matemáticas e demais informações, encontra-se no documento transmitido à PREVIC, cujo arquivo pode ser apreciado no site da Fundação Telos.

A TELOS, com a finalidade de verificar seu equilíbrio atuarial e financeiro, realiza avaliações atuariais anualmente. Em cumprimento à exigência Regulamentar existe a necessidade de realização de avaliação atuarial em separado em dois grupos de custeio, sendo o Grupo de Custeio 1 (benefícios do PBD exceto Pecúlio Complementar) e Grupo de Custeio 2 (Pecúlio Complementar) e assim como, apresentação de Provisões Matemáticas para cada grupo de custeio.

Parecer Atuarial do Grupo de Custeio 1

- **Base Cadastral**

No cadastro do Grupo de Custeio 1 constavam 5 participantes ativos (incluindo um autopatrocinado), 2.631 aposentados e 747 pensões por morte.

O cadastro utilizado na avaliação atuarial do Grupo de Custeio 1 é mantido atualizado mensalmente pela Entidade, sendo realizadas sistematicamente críticas de consistência, podendo, assim, ser considerado de boa qualidade.

- **Evolução dos Custos**

As contribuições para o PBD, exceto para o Pecúlio Complementar, são aquelas estabelecidas nos artigos 68 a 73 do Regulamento, respeitando o Plano de Custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O custo normal médio percentual deste Plano, obtido na avaliação atuarial de 30 de setembro de 2013, é decomposto da seguinte forma:
- taxa média do patrocinador: 17,535%
- taxa média dos participantes ativos: 6,193%
- taxa dos assistidos: 9% sobre o valor do benefício de aposentadoria Telos.

Cabe mencionar que os valores das taxas médias do patrocinador e dos participantes ativos foram obtidos a partir do valor atual das folhas de salários de participação, enquanto que a taxa dos assistidos foi calculada sobre o valor atual dos benefícios de aposentadoria.

Não há previsão de aumento dos custos do PBD para o exercício de 2014 e, por decisão do Conselho Deliberativo, foi mantida a suspensão das contribuições de participantes, assistidos e patrocinador para o custeio das despesas administrativas.

A contribuição para o Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos, exclusiva do Patrocinador e dos autopatrocinados, continuará suspensa também para o exercício de 2014, por deliberação do Conselho Deliberativo.

- **Variação dos resultados**

A avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido da TELOS, utilizando o regime financeiro de capitalização pelo método agregado para todos os benefícios, posicionada em 30 de setembro de 2013, apresentou o seguinte resultado:

PROVISÕES MATEMÁTICAS: R$ 1.777.710.158,42

Os valores avaliados em setembro de 2013, redimensionados em 31 de dezembro de 2013, utilizando o método de recorrência para a apuração das provisões matemáticas de benefícios a conceder e o método prospectivo para a determinação das provisões matemáticas de benefícios concedidos, com base nas informações individuais dos assistidos, evoluíram para R$ 1.793.222.261,69.

Para este Grupo de Custeio, no encerramento do exercício de 2013 foi registrado Superávit Técnico Acumulado de R$ 667.512.406,91 representando 37,22% de suas provisões matemáticas.

Parecer Atuarial do Plano de Contribuição Definida
Encerramento do Exercício de 2013

O presente Parecer foi elaborado na forma definida na Instrução nº 09, de 14/12/2010, levando em consideração a apresentação de todos os tópicos nela recomendados. A íntegra da Demonstração Atuarial do Plano de Contribuição Definida, contendo as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial, o detalhamento das Provisões Matemáticas e demais informações, encontra-se no documento transmitido à PREVIC, cujo arquivo pode ser apreciado no site da Fundação Telos.

- **Base Cadastral:**

O cadastro utilizado nas reavaliações atuariais do PCD é mantido atualizado mensalmente pela Entidade, sendo realizados sistematicamente testes de consistência, podendo, assim, ser considerado de boa qualidade.
Na avaliação atuarial são considerados também como participantes ativos aqueles que já tiveram término do vínculo empregatício com patrocinador, mas não optaram ainda pelo resgate, pela portabilidade, por se tornarem autopatrocinados ou vinculados.

Além disso, são considerados ainda ativos aqueles que já tenham requerido benefício, mas ainda estejam em processo de concessão.

Na avaliação da taxa para cobertura dos Saldos de Conta Projetada, os participantes com inscrição cancelada e os em fase de recebimento de resgate parcelado não são considerados. Todavia, os saldos de conta daqueles com inscrição cancelada estão incluídos na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

- **Evolução dos Custos:**

Os custos médios deste Plano, em relação à folha de salários aplicáveis, são decompostos da seguinte forma:
- taxa média dos Patrocinadores: 7,143%
- taxa média dos Participantes: 7,602%

Cabe observar que os percentuais apresentados são estimativas baseados nos percentuais definidos pelos participantes vigentes na data da avaliação atuarial, logo, devido a variáveis tais como: nível de adesão de empregados ao Plano, salários efetivamente pagos e escolhas de percentual de contribuição, aposentadorias concedidas etc, os mesmos podem vir a deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

A taxa recolhida pelos patrocinadores para cobertura dos Saldos de Conta Projetada, para os casos de benefícios por incapacidade e por morte de ativos, foi objeto de reavaliação que resultou no percentual de 0,24%. O Conselho Deliberativo da Telos aprovou, em sua 249ª reunião de 11/12/2013, a manutenção desta taxa no patamar vigente, 0,30%.

Não há previsão de aumento de custos para o PCD para o exercício de 2014, ressaltando, ainda, que, por decisão do Conselho Deliberativo, foi mantida a suspensão das contribuições de participantes autopatrocinados, vinculados e patrocinadores para custeio de despesas administrativas.

- **Variação do Resultado:**

O valor das Provisões Matemáticas do PCD, posicionada em dezembro de 2013, monta em (R$ 3.837.643.878,74), em confronto com o valor correspondente a dezembro/2012 (R$ 2.901.428.879,20), foi superior em 4,69%. Quando comparado este crescimento à variação do IGP-DI no mesmo período (5,52%), podemos verificar que essas provisões reduziram em relação ao indexador do plano.

O Patrimônio do PCD dá cobertura integral às Provisões Matemáticas apresentando Superávit Técnico Acumulado, consignados no Ativo do Balanço do Exercício de 2013, de R$ 105.874.369,33, registrado como Reserva de Contingência por não ter excedido o limite de 25% das Provisões Matemáticas.

O Superávit Técnico Acumulado representa 5,67% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos com característica de benefício definido na fase de concessão (rendas mensais vitalícias).

No encerramento de 2012 o Superávit Técnico Acumulado representava 7,25% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos com característica de benefício definido na fase de concessão.

TELOS – FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL	DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	DCD - 01/2014
	APROVA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2013	VIGÊNCIA: 31/03/2014

O Conselho Deliberativo da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, em sua 251ª Reunião, realizada em 18 de março de 2014;

CONSIDERANDO

- A competência que lhe confere o inciso VI do Art. 39 do Estatuto da TELOS;
- A Avaliação atuarial elaborada pela Fundação;
- O Relatório de Auditoria, sem restrições, da KPMG Auditores Independentes, auditoria externa contratada e o parecer do Conselho Fiscal da Fundação.

DELIBERA

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis da TELOS e a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2013.
2. Recomendar à Diretoria o encaminhamento de exemplares dos documentos ora aprovados à PREVIC.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2014

CARLOS HENRIQUE MOREIRA
Presidente

TELOS

Av. Presidente Vargas, 290 - 9º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ